MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 2º Semestre/2010
Prova B1

Nro. Inscrição:

Parte I – Prova Objetiva

1. **No tocante às relações internacionais o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional:**
a) a cuja criação tenha manifestado adesão
b) a cuja criação informe seu interesse em participar;
c) a cuja criação independe de sua manifestação, em razão da relevância das relações internacionais;
d) desde que seja convidado.

2. **Controle de constitucionalidade por via de exceção é o chamado:**
a) controle misto, adotado no Brasil, onde convivem harmonicamente os controles difuso e abstrato.
b) controle abstrato, que tem como característica a discussão da lei em tese e como objeto leis ou atos normativos federais e estaduais.
c) controle difuso, que tem como características a existência de um caso concreto e a produção de efeitos erga omnes.
d) controle difuso, que tem como características a existência de um caso concreto e a produção de efeitos inter partes.

3. **O Estado prestará (ou delegará) de forma gratuita, com exceção de:**
a) a assistência jurídica integral aos que comprovarem insuficiência de recursos.
b) a expedição de certidão de registro civil de nascimento, para os reconhecidamente pobres, na forma da lei.
c) a expedição de certidão de óbito, para os reconhecidamente pobres, na forma da lei.
d) a expedição de atos necessários ao exercício da cidadania, em qualquer hipótese.

4. **Está legitimado a propor ação popular, nos termos da Constituição da República de 1988:**
a) o Ministério Público Federal;
b) os partidos políticos;
c) a sociedade;
d) o cidadão (artigo 5º, inciso LXXIII)

5. **Não se constitui em uma condição de elegibilidade:**
a) filiação partidária.
b) ser brasileiro nato.
c) possuir domicílio eleitoral na circunscrição.
d) alistamento eleitoral

6. **O controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes é competência constitucionalmente atribuída ao:**
a) Tribunal de Contas da União.
b) Supremo Tribunal Federal.
c) Superior Tribunal de Justiça.
d) Conselho Nacional de Justiça

7. **O mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por:**
a)partido político com representação no Congresso Nacional;
b) organização sindical;
c) associação legalmente constituída independentemente do prazo de funcionamento
d) entidade de classe

8. **Compete exclusivamente ao Congresso Nacional:**
a) sustar a declaração de guerra e a celebração da paz.
b) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal.
c) mudar temporariamente a sede do Poder Executivo.
d) deferir os atos de concessão de emissoras de rádio e televisão.

9. **Sobre emenda constitucional, é incorreto afirmar que:**
a) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
b) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a separação de Poderes e a forma federativa de Estado.
c) Poderá ser proposta por iniciativa popular, desde que esteja subscrita por, no mínimo, dois terços do Congresso Nacional.
d) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa

10. **Assinale a alternativa que expressa os direitos e as garantias fundamentais firmados pela Constituição da República de 1988, no artigo 5º e seus incisos:**
a) ninguém será privado da liberdade e de seus bens, sem o devido processo administrativo.
b) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal indenizatória.
c) ninguém será processado nem sentenciado senão por autoridade coerente.
d) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

11. **A respeito da pena, em nosso ordenamento jurídico, assinale a alternativa correta.**
a) Não mais se admite a conversão da pena de multa, quando não adimplida, em pena privativa de liberdade.

b) Possui função preventiva especial, uma vez que, mediante sua imposição, procura-se evitar que outras pessoas venham a cometer o mesmo delito.
c) Segundo a doutrina e a clara redação do art. 59 do Código Penal, a única finalidade atribuída à pena é a de ressocializar o condenado (função preventiva geral).
d) Sua primordial finalidade é de caráter retributivo, haja vista constituir, segundo o vigente texto constitucional, meio legítimo de vingança social.

12. **Confrontando-se o arrependimento eficaz com a desistência voluntária, é correto dizer que:**
a) Arrependimento eficaz isenta o agente dos atos típicos anteriormente praticados; a desistência voluntária não produz essa isenção.
b) Enquanto o arrependimento eficaz gera a isenção da pena, a desistência voluntária traduz a exclusão da tipicidade.
c) No arrependimento eficaz o agente, após ter esgotado os meios de que dispunha para a prática do crime, arrepende-se e, de forma voluntária, evita que o resultado ocorra. Já na desistência voluntária o agente inicia a execução, mas não a leva adiante, desistindo da realização típica.
d) Nenhuma das alternativas acima está correta.

13. **Analise a procedência das afirmativas abaixo e assinale a opção correta.**
São causas extintivas da punibilidade:
I - a retratação do agente, nos casos em que a lei a admite;
II – o perdão aceito, nos crimes de ação privada;
III - morte do agente, a anistia, a prescrição e o trânsito em julgado de acórdão condenatório;
a) As três estão corretas.
b) Apenas a última está errada.
c) Apenas uma está correta.
d) Nenhuma está correta.

14. **Caio furtou da casa do seu vizinho, Mévio, um revólver e munição. Horas depois, em via pública, ao deferir seis tiros em Tício, seu primo, à queima-roupa, percebeu que nada acontecera a seu parente que, a propósito do ocorrido, prestou uma queixa-crime à polícia. O inquérito policial encaminhado ao Ministério Público registrou que o homicídio não ocorrera em razão de que o acusado havia pego, equivocadamente,uma munição de festim, propícia a treinamento militar. O relatório finda por tipificar o fato como tentativa de homicídio, com fulcro no CPB, art. 121 (Matar alguém...) e 14, II (Diz-se o crime: ... tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.). Analisado o exposto, marque abaixo a proposição correta:**
a) O inquérito policial acertou na tipificação, pois o agente ativo do crime percorreu as fases do chamado iter criminis (cogitação, atos preparatórios, atos de execução e consumação), somente não se consumando o resultado natural esperado por circunstâncias alheias à vontade do agente.
b) O inquérito policial errou na tipificação, uma vez que se trata de crime exaurido, apenas não tendo havido o resultado natural esperado pelo acusado.
c) O inquérito policial acertou na tipificação, pois de acordo com a teoria subjetiva o intento do acusado fora traçado na fase conhecida como cogitação, suficiente para caracterizar a relação causal com o ocorrido.
d) O inquérito policial errou na tipificação, uma vez que o delito de homicídio não seria possível de ser praticado por ineficácia absoluta do meio, caracterizando-se hipótese de crime impossível, também conhecido como tentativa inidônea ou inadequada.

15. **Analise a procedência das afirmativas abaixo e assinale a opção correta.**
São causas extintivas da punibilidade:
I - a morte do agente, a anistia e a decadência;
II - graça, perempção e pela renúncia do direito de queixa, nos crimes de ação privada;
III - pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso, indulto e prescrição;
a) I e II estão corretas.
b) I e III estão corretas.
c) Apenas a I está correta.
d) I, II e III estão corretas.

16. **Em relação a ação penal privada, assinale a alternativa incorreta:**
a) o prazo de decadência do direito de queixa é de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime.
b) em caso de morte do ofendido, há extinção imediata do processo.
c) no caso de ofendido ausente, o direito de oferecer queixa passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
d) a inércia do querelante, que deixa de dar andamento à ação penal privada, gera perempção.

17. **Assinale a alternativa correta. As penas restritivas de direitos:**
a) são impostas cumulativamente com as penas privativas de liberdade.
b) podem ser aplicadas ao condenado reincidente desde que, em face da condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.
c) são aplicadas quando a pena privativa de liberdade não é superior a 5 (cinco) anos.
d) ainda que a personalidade, a culpabilidade e a conduta social do condenado indiquem que a pena restritiva de direitos é insuficiente à prevenção penal, deve ser aplicada por tratar-se de direito do condenado.

18. **João, proprietário de uma empresa de alimentos, no ano de 2008, deixou de recolher as contribuições previdenciárias devidas ao omitir os nomes de vários empregados da folha de pagamento da empresa. Ele realizou tal conduta repetidamente, nos meses de janeiro a outubro de 2008. Assinale a alternativa correta:**
a) a conduta de João caracteriza o crime de sonegação de contribuição previdenciária em concurso material.
b) a conduta de João caracteriza o crime de sonegação de contribuição previdenciária em crime continuado.
c) a conduta de João caracteriza o crime de sonegação de contribuição previdenciária em concurso formal.
d) o crime de sonegação de contribuição previdenciária que se consumou com o primeiro pagamento que deixou de ser feito, devendo os demais meses serem considerados mero exaurimento do crime.
19. **Analise a procedência das afirmativas abaixo e assinale a opção correta.**
I – Em matéria de concurso de agentes, a teoria do domínio do fato advoga que aquele que tem a capacidade de coordenar toda a ação criminosa deve responder pela sua prática, na condição de partícipe.
II – Dá-se o erro de proibição, com conseguinte exclusão do dolo, quando o agente comete um crime, por haver incidido em equívoco a respeito da presença de uma de suas elementares.
III – Adota o Código Penal Brasileiro, quanto à relação de causalidade, a teoria da equivalência das condições ou conditio sine qua non.
a) As três estão corretas.
b) Apenas a primeira está errada.
c) Apenas uma está correta.
d) Nenhuma está correta.
20. **Sobre o início dos atos de execução, pode-se afirmar:**
a) O Código Brasileiro adotou a teoria objetiva (formal), exigindo que o autor tenha realizado de maneira efetiva uma parte da própria conduta descrita no tipo penal, o que não se incompatibiliza com a aceitação de um temperamento de critério material, que incluiria também na tentativa atos que, por sua vinculação necessária com a ação típica, aparecem como parte integrante dela, ainda que não se tenha atingido o verbo nuclear que caracteriza o tipo penal.
b) Servem de divisor de águas, separando a fase interna do iter criminis (cogitação e atos preparatórios) da fase externa (atos de execução e consumação).
c) Que não tem amparo, no direito brasileiro, a condenação por furto tentado em caso em que apenas houve a inserção de equipamento “chupa cabra” (equipamento destinado à clonagem de cartões magnéticos) em caixas eletrônicos, sem subtração de quaisquer senhas ou dados.
d) Que não tem amparo, no direito brasileiro, a condenação por furto tentado em caso de construção de túnel subterrâneo para subtrair dinheiro de agência bancária, quando este túnel não tenha servido, ao menos, para o ingresso dos meliantes nas dependências da agência.
21. **Sobre a prescrição, assinale a alternativa correta:**
a) a interrupção da prescrição, por protesto cambial, pode ocorrer mais de uma vez.
b) a prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.
c) a interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros.
d) a prescrição, via de regra, ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
22. **A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. De acordo com o Código Civil Brasileiro, cessará, para os menores, a incapacidade:**
a) pelo exercício de emprego público temporário.
b) pela concessão dos pais, se o menor tiver quatorze anos completos.
c) pelo casamento.
d) pela colação de grau em curso de ensino médio.
23. **Assinale a alternativa correta:**
a) São considerados bens móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
b) São considerados infungíveis os bens móveis que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
c) são bens públicos dominiais aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, com objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
d) os bens públicos não se sujeitam a usucapião e são inalienáveis
24. **Segundo as normas preconizadas no Código Civil Brasileiro, com relação ao domicílio é INCORRETO afirmar:**
a) Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio da União é o Distrito Federal.
b) O domicílio do militar da Marinha é o local em que o navio estiver matriculado.
c) Se a pessoa natural exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.
d) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
25. **Com relação à invalidade do negócio jurídico é correto afirmar:**
a) Em regra, o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação, e convalesce pelo decurso do tempo.

b) Não haverá simulação nos negócios jurídicos quando aparentarem transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se transmitem.
c) As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz quando conhecer do negócio jurídico e as encontrar provadas, lhe sendo permitido supri-las a requerimento das partes.
d) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

26. **Sobre o tema "INTERVENÇÃO DE TERCEIROS" marque a alternativa correta:**
a) A oposição poderá ser oferecida até a prolação da sentença.
b) A oposição, independentemente do momento em que for oferecida, será apensada aos autos principais e correrá simultaneamente com a ação, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.
c) Ao decidir simultaneamente a ação e a oposição, esta será conhecida em primeiro lugar.
d) Se um dos opostos reconhecer a procedência do pedido, a oposição será julgada procedente.

27. **Sobre o tema "NULIDADES" marque a alternativa correta:**
a) Como regra geral, a nulidade dos atos pode ser alegada a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.
b) O ato nulo não se repetirá nem será suprida sua falta quando não prejudicar a parte.
c) Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida até mesmo pela parte que lhe deu causa.
d) Aplica-se a preclusão às nulidades que o juiz deve decretar de ofício.

28. **A tutela antecipada prevista no artigo 273 do Código de Processo Civil:**
a) não pode ser concedida contra a Fazenda Pública.
b) é inadmissível quando a natureza da ação for de cunho declaratório, ainda que pugnada para antecipação dos efeitos da tutela final pretendida.
c) não pode ser revogada ou modificada pelo próprio juiz que a concedeu.
d) admite a fungibilidade com a tutela de natureza cautelar, que pode ser concedida incidentalmente no processo no lugar da tutela de antecipação, desde que presentes os pressupostos pertinentes.

29. **Sobre o tema "CONFISSÃO" marque a alternativa correta:**
a) A confissão extrajudicial, feita por escrito à parte, não tem a mesma eficácia probatória da confissão judicial.
b) A confissão é indivisível, não podendo a parte, que a quiser invocar como prova, aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável; portanto, não se admite qualquer cisão.
c) A confissão, quando emanada de erro, dolo ou coação, pode ser revogada por ação anulatória ou por ação rescisória.
d) Mesmo em se tratando de fatos relativos a direitos indisponíveis, admite-se a confissão, desde que feita em juízo.

30. **Sobre o tema "COMPETÊNCIA" assinale a alternativa INCORRETA:**
a) A competência em razão da matéria poderá ser modificada pela conexão ou continência.
b) Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar.
c) A ação acessória será proposta no foro competente para a ação principal.
d) O foro contratual obriga os herdeiros e sucessores das partes.

31. **Para o exercício de suas atribuições, poderá o Ministério Público da União, nos procedimentos de sua competência:**
a) notificar testemunhas, mas não pode requisitar, em caso de ausência injustificada, sua condução coercitiva
b) requisitar o auxílio de força policial
c) ter acesso, de forma condicionada, a qualquer banco de dados de caráter público, em face da garantia do sigilo assegurada pela Constituição Federal
d) requisitar informações e documentos, apenas a entidades públicas.

32. **Assinale a alternativa INCORRETA:**
a) membro do Ministério Público será civil e criminalmente responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar
b) Nenhuma autoridade poderá opor ao Ministério Público, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do dado ou do documento que lhe seja fornecido
c) A falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa
d) O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais podendo, mas não tem livre acesso aos estabelecimentos policiais, apenas aos prisionais.

33. **Acerca da atuação do Ministério Público no processo civil, assinale a opção correta.**
a) É obrigatória a intervenção do Ministério Público nas causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte. O parquet, como fiscal da lei, deve ser intimado de todos os atos do processo, podendo, ainda, requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade.

b) O Ministério Público tem legitimidade ativa e passiva. Pode propor ações em nome próprio ou, nos casos expressos em lei, como representante de terceiros, bem como ser demandado, com os mesmos ônus e poderes que têm as partes litigantes.
c) O processo em que se verificou a falta de intimação do Ministério público, quando sua intervenção era obrigatória, mesmo que a sentença seja favorável à parte tutelada pelo parquet, será declarado nulo de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.
d) É obrigatória a intervenção do Ministério Público, na qualidade de fiscal da lei, sempre que, em qualquer dos pólos da relação processual, estiver uma pessoa portadora de deficiência, um enfermo ou um idoso.

34. **Assinale a alternativa correta:**
a) O controle externo da atividade policial não é atribuição do Ministério Público
b) A defesa dos contribuintes diante de tributos com caráter confiscatório constitui função institucional do Ministério Público
c) O Ministério Público tem por função institucional, dentre outras, zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos às finanças públicas
d) A defesa do meio ambiente, quando o dano ocorre em propriedade particular, não constitui atribuição do Ministério Público.

35. **Não está prevista entre as atribuições do Ministério Público da União:**
a) impetrar habeas corpus e mandado de segurança
b) promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos disponíveis
c) promover a ação direta de inconstitucionalidade por omissão
d) promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

GABARITO PROVA B1

	A	B	C	D			A	B	C	D	
01	■				A	19			■		C
02				■	D	20	■				A
03				■	D	21		■			B
04				■	D	22			■		C
05		■			B	23			■		C
06				■	D	24		■			B
07			■		C	25				■	D
08		■			B	26			■		C
09			■		C	27		■			B
10				■	D	28		■			B
11	■				A	29			■		C
12			■		C	30	■				A
13		■			B	31		■			B
14				■	D	32				■	D
15				■	D	33	■				A
16		■			B	34			■		C
17		■			B	35		■			B
18		■			B						